



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35014.259279/2020-13

Interessado: Banco BMG S/A, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, maria cecilia das neves

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 11
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1842897** e o código CRC **3E5B7D43**.

Referência: Processo nº 35014.259279/2020-13

SEI nº 1842897

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

Ofício nº. 68/2019

INSS/PRESIDÊNCIA
COMANDO N.º
479.847.300

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul
Brasília - DF

Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008**

Número do processo: 0701996-84.2018.8.07.0003

Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)

RECORRENTE: MARIA CECILIA DAS NEVES GOMES

RECORRIDO: BANCO BMG SA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) RECURSO INOMINADO (460) em epígrafe, em que são partes: **RECORRENTE: MARIA CECILIA DAS NEVES GOMES - CPF: 804.978.451-72 e RECORRIDO: BANCO BMG SA - CNPJ: 61.186.680/0001-74**

Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Atenciosamente,

PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES

Diretora de Secretaria
2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



Número do documento: 19021113551770900000007054314

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021113551770900000007054314>

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 11/02/2019 13:55:17

Num. 7209939 - Pág. 1

Processo 0701996-84.2018.8.07.0003 (1842875)

SEI 35014.259279/2020-13 / pg. 3



11/02/2019

Número: **0701996-84.2018.8.07.0003**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **04/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.760,00**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0701996-84.2018.8.07.0003**

Assuntos: **Anulação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MARIA CECILIA DAS NEVES GOMES (RECORRENTE)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO BMG SA (RECORRIDO)	
	FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7209939	11/02/2019 13:55	Ofício	Ofício



**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0701996-84.2018.8.07.0003

RECORRENTE(S) MARIA CECILIA DAS NEVES GOMES

RECORRIDO(S) BANCO BMG SA

Relator Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Acórdão N° 1143429

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE IMPUGNAÇÃO À GRATUIDADE DE JUSTIÇA REJEITADA. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. USO DO CARTÃO. NULIDADE PARCIAL DO CONTRATO. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR RECEBIDO E O EFETIVAMENTE PAGO PELO CONSUMIDOR. RESTITUIÇÕES NA FORMA SIMPLES. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES N° 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. **Preliminar de impugnação ao pedido de gratuidade de justiça formulado pela autora.** A autora é aposentada do INSS, recebe benefício de um salário mínimo por mês e reside em localidade de pequena para baixa renda, estando presentes os requisitos para o deferimento do benefício. Ademais, a impugnante não trouxe aos autos qualquer documento para indicar que a autora teria patrimônio para descaracterizar a hipossuficiência alegada. **Preliminar rejeitada**

2. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, eis que autora e réu se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor (arts. 2º e 3º do CDC), devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

3. Colhendo-se as alegações e documentos da inicial (ID 4661815, p. 2 e ID 4661824) e da contestação (ID 4661847, p. 4), restou incontroversa a existência de relação jurídica entre as partes, cabendo a apreciação da validade do vínculo e a legitimidade dos descontos realizados no benefício previdenciário da autora.



Número do documento: 18121417432182100000006515966

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18121417432182100000006515966>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 14/12/2018 17:43:21

Num. 6657475 - Pág. 1

Processo 0701996-84.2018.8.07.0003 (1842875)

SEI 35014.259279/2020-13 / pg. 5



11/02/2019

Número: **0701996-84.2018.8.07.0003**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **04/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.760,00**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0701996-84.2018.8.07.0003**

Assuntos: **Anulação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MARIA CECILIA DAS NEVES GOMES (RECORRENTE)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO BMG SA (RECORRIDO)	
	FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6657475	14/12/2018 17:43	Acórdão	Acórdão

4. Com efeito, o réu não juntou aos autos qualquer instrumento contratual que comprovasse o tipo de contrato firmado, o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo.

5. Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha de pagamento seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente o empréstimo ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora.

6. Portanto, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e ao art. 46, ambos do CDC.

7. Consigne-se, todavia, que restou comprovada nos autos a utilização do cartão pela autora (ID 461859, p. 6/14), de modo que deve ser mantido o contrato quanto a este ponto. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato nº 12333193 (ID 4661824) apenas na parte relativa ao empréstimo, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

8. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente por ela utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do CC.

9. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade parcial do contrato e o valor comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais.

10. Ao revés, o valor pago a maior pela consumidora, se houve, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

11. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

12. Recurso **CONHECIDO e PROVIDO EM PARTE. Preliminar rejeitada.** Sentença reformada para: a) declarar a nulidade parcial do contrato nº 12333193 (ID 4661824) celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV do CDC; b) determinar que o réu promova a suspensão imediata dos descontos salariais referentes ao contrato de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade parcial do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco, na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pela consumida. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

13. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.



14. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, à míngua de recorrente vencido na integralidade.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 12 de Dezembro de 2018

Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS
Relator

RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela autora contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou improcedentes os pedidos iniciais.

Alega a autor realizou contrato de empréstimo consignado junto ao banco réu, tendo sido posteriormente surpreendido com descontos em seu benefício previdenciário referentes à modalidade de empréstimo diversa (cartão de crédito com reserva de margem consignável) da contratada. Afirmar a ilegalidade de tal prática, que teria lhe gerado danos morais. Pleiteia, ainda, a restituição dos valores pagos na forma dobrada.

Contrarrazões apresentadas (ID 4904002).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

1. Preliminar de impugnação ao pedido de gratuidade de justiça formulado pela autora.



A autora teve o seu pleito de gratuidade de justiça concedido através da decisão interlocutória de ID 4661898, não tendo sido interposto qualquer recurso contra esta decisão. Portanto, a questão encontra-se preclusa. Ressalto, ainda, que a decisão que deferiu a gratuidade deve ser combatida, *in casu*, através do recurso de agravo de instrumento, de forma que o recurso nominado constitui inadequação da via eleita para tanto.

Preliminar rejeitada.

2. Mérito

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, eis que autora e réu se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor (arts. 2º e 3º do CDC), devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Colhendo-se as alegações e documentos da inicial (ID 4661815, p. 2 e ID 4661824) e da contestação (ID 4661847, p. 4), restou incontroversa a existência de relação jurídica entre as partes, cabendo a apreciação da validade do vínculo e a legitimidade dos descontos realizados no benefício previdenciário da autora.

Com efeito, o réu não juntou aos autos qualquer instrumento contratual que comprovasse o tipo de contrato firmado, o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo.

Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha de pagamento seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente o empréstimo ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora.

Portanto, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e ao art. 46, ambos do CDC.

Consigne-se, todavia, que restou comprovada nos autos a utilização do cartão pela autora (ID 461859, p. 6/14), de modo que deve ser mantido o contrato quanto a este ponto. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato nº 12333193 (ID 4661824) apenas na parte relativa ao empréstimo, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente por ela utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do CC.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade parcial do contrato e o valor comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples.



No sentido acima, colaciono precedentes das Turmas Recursais: Acórdão n.1117921, 07007674120188070019, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 17/08/2018, Publicado no DJE: 04/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: SANTO HELENO DE SA versus BANCO BMG S.A. Acórdão n.1120325, 07137793420188070016, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 29/08/2018, Publicado no DJE: 05/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada Partes: PEDRO BORGES DOS SANTOS FILHO versus BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

Ao revés, o valor pago a maior pela consumidora, se houve, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. **Preliminar rejeitada**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade parcial do contrato nº 12333193 (ID 4661824) celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV do CDC; b) determinar que o réu promova a suspensão imediata dos descontos salariais referentes ao contrato de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade parcial do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco, na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pela consumida.

Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, à minguia de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME.





11/02/2019

Número: **0701996-84.2018.8.07.0003**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **04/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.760,00**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0701996-84.2018.8.07.0003**

Assuntos: **Anulação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MARIA CECILIA DAS NEVES GOMES (RECORRENTE)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO BMG SA (RECORRIDO)	
	FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7208491	11/02/2019 13:11	Certidão	Certidão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Número do processo: 0701996-84.2018.8.07.0003

Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)

Assunto: [Anulação]

RECORRENTE: MARIA CECILIA DAS NEVES GOMES

RECORRIDO: BANCO BMG SA

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **11 de fevereiro de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2019.



Número do documento: 19021113115936500000007052892

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021113115936500000007052892>

Assinado eletronicamente por: EDRIANE LOREDO DELFIACO - 11/02/2019 13:11:59

Num. 7208491 - Pág. 1



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 14/02/2019

Ref.: Ofício nº 68, de 11 de fevereiro de 2019 (SIPPS nº 479.847.322)

Int.: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal - TJDF

Ass.: Art. 52 da IN/PRES/INSS Nº 28/2008
Processo nº 0701996-84.2018.8.07.0003
Recorrente: Maria Cecília das Neves Gomes
Recorrido: Banco BMG SA

1. Ciente.

2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios, para conhecimento do Acórdão prolatado nos autos e adoção das providências necessárias.


ANTONIO DE JESUS DA ROCHA FREITAS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Presidência



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.500.502 - DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS – DCONB

TERMO DE JUNTADA

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de 2019, foi juntado ao comando SIPSS nº **479.154.247**, por se tratarem de assunto correlato, os processos comandos SIPPS nº **479.155.110, 479.155.455, 479.732.061, 479.845.325 e 479.846.738**, que passam a constituir as folhas 10 a 51 dos autos. Para constar, eu Karine Côrtes Segurado, Analista do Seguro Social, subscrevo e assino.

KARINE CÔRTESESGURADO

Analista do Seguro Social - Mat: 1786811

Divisão de Consignações em Benefícios – DCONB



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

01.500.5 – CORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAMENTO DO PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS - CGGPB

01.500.502 – DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS, em 19/02/2019.

Ref.: Ofício nº 32,34,59,65,67 e 68/2019 (Comando principal nº 479.154.247)

Int.: TJDF

Ass.: Processos: 0721637-19-2018.8.07.0016, 0712666-45.2018.8.07.0016, 0710583-83.2018.8.07.0007, 0715003-07.2018.8.07.0016, 0700629-04.2018.8.07.0010 e 0704152-45.2018.8.07.0003 - Aplicação de Penalidades da IN28 – Banco BMG S/A

1. Tratam-se de ofícios emitidos pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, recomendando a aplicação das penalidades descrita do art. 52 (transcrito abaixo), da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008 - IN 28/2008, contra o Banco BMG S/A.

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de: (Grifo nosso)

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS; (grifo nosso)

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e.

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação:

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea "b" do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

2. Os referidos ofícios trazem decisões proferidas nos autos dos recursos inominados nº 0721637-19-2018.8.07.0016, 0712666-45.2018.8.07.0016, 0710583-83.2018.8.07.0007, 0715003-07.2018.8.07.0016, 0700629-04.2018.8.07.0010 e 0704152-45.2018.8.07.0003, onde condena o Banco BMG S/A por práticas abusivas, todos com trânsito em julgado.

3. Feitas as considerações, encaminhe-se à **Diretoria de Benefícios – DIBEN – 01.500**, para análise quanto a aplicação das penalidades do art. 52 da IN 28/2008.


ANGELA REGINA LIMA DE OLIVIRA

Chefe da Divisão de Consignações em
Benefícios


SAULO MILHOMEM DOS SANTOS

Coordenador-Geral de Gerenciamento do
Pagamento de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



DIRETORIA DE BENEFÍCIOS-01.500, em 07.03.2019.

Ref.: Processo Judicial n. 0721637-19.2018.8.07.0016,
0712666-45.2018.8.07.0016, 071583-
83.2018.8.07.0007, 0715003-07.2018.8.07.0016,
0700629-04.2018.8.07.0010 e 0704152-
45.2018.8.07.0003.

– Aplicação de Penalidades da IN 28 – Banco BMG
(SIPPS 479.154.247)

Int.: Divisão de Consignação em Benefício

Ass.: Aplicação de penalidade.

Ciente.

Processo administrativo formalizado em decorrência de intimação judicial através de Ofício do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para aplicação da penalidade prevista no Art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 ao Banco BMG S/A.

Em que pese estarmos diante de intimação judicial, o INSS não foi autor da ação judicial, nem tão pouco parte no processo, razão pela qual para aplicação da penalidade prevista no Art. 52, incisos I a V, da IN INSS/PRES nº 28/2008 deverá obrigatoriamente observar o devido processo legal.

Desta forma, antes de aplicarmos a penalidade, deverão ser adotados os procedimentos administrativos que observem o contraditório e ampla defesa, com fundamento no Art. 5º, inciso LIV, da CF e Arts. 26 e seguintes da Lei nº 9784/1999 (Lei do Processo Administrativo), bem como previsto na Instrução Normativa INSS nº 74, de 03 de outubro de 2014, aplicáveis ao caso em questão.

Seguindo as disposições previstas nos referidos normativos, observando-se que a IN 100/2018 ainda não entrou em vigência, deverá ser adotado o seguinte fluxo antes da aplicação da penalidade, se for o caso:

a) Notificar a instituição financeira, mediante ofício, em que conste expressamente a descrição da conduta alegadamente irregular, bem como a previsão de possibilidade de apresentação de defesa escrita, no prazo de dez dias, contatos a partir do recebimento da notificação, que deverá ser certificada nos autos;

b) caso a instituição financeira envolvida não apresente a defesa no prazo, deverá ser certificada no processo administrativo tal ocorrência;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

c) caso a instituição financeira envolvida apresente defesa, ela deverá ser motivadamente apreciada pela DCONB;

d) esgotadas as providências previstas nos itens “a a “b”, a DCONB elaborará Nota Técnica nos autos e proporá à Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios - CGGPB o arquivamento ou a aplicação de penalidade específica, dentre outras medidas que entenderem cabíveis.

e) da decisão da CGGPB caberá recurso hierárquico, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, que será direcionado à autoridade que prolatou a decisão, a qual, não a reconsiderando no prazo de cinco dias, deverá encaminhar os autos à DIRBEN, para decisão no prazo de trinta dias, a partir do seu recebimento; e

f) da decisão da DIRBEN caberá novo recurso hierárquico, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, direcionado à autoridade que prolatou a decisão, a qual, não reconsiderando no prazo de cinco dias, deverá encaminhar os autos à Presidência do INSS, no prazo de trinta dias a partir do seu recebimento.

Esclareço que o fato de se tratar de ofício encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal proferido em processo do qual a instituição bancária foi ré, não retira do INSS a obrigatoriedade de se observar o devido processo legal em relação às penalidades que serão impostas no âmbito administrativo, uma vez que para esta há necessidade de se seguir o fluxo especificamente administrativo.

Retorno à Divisão de Consignações para as providências acima citadas.


MÁRCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35014.259279/2020-13.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5469533** e o código CRC **7674D6D2**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.259279/2020-13

SEI nº 5469533